

DUALISMO, SUBSTÂNCIA E ATRIBUTO ESSENCIAL NO SISTEMA CARTESIANO

Ethel Menezes Rocha

UFRJ/CNPq¹

Na Sexta Meditação, Descartes conclui seu argumento iniciado na Segunda Meditação em favor da distinção real entre a alma e o corpo e, imediatamente depois, introduz um argumento em favor da tese da união corpo/alma. Levando em conta as razões que conduzem à tese dualista e assumindo que com a prova da união Descartes não pretende enfraquecer ou abandonar essa tese, nesse artigo se fará um exame do que consiste o argumento cartesiano em favor do dualismo e de qual seria precisamente sua conclusão.

Partindo da suposição de que Descartes introduz a tese dualista em razão de sua pretensão de explicar o mundo físico segundo o modelo mecanicista conjugada a seu engajamento na tese da liberdade da substância pensante, pretendemos mostrar que a conclusão do argumento em favor da distinção real entre corpo e alma é mais forte do que tradicionalmente se reconhece. Com esse argumento Descartes pretende ser possível concluir não só que alma e corpo são distintos, mas

(1) Este artigo faz parte da pesquisa de pós-doutorado que venho realizando na Universidade de Yale com financiamento do CNPq.

também que a alma pode existir sem o corpo (e vice versa) e mais ainda, e sobretudo, que alma e corpo não podem existir em uma mesma substância. Isto é, se faz sentido afirmar que Descartes não rompe nem com sua de explicar o mundo físico segundo um modelo mecanicista, nem com a sua tese da liberdade da substância pensante (e, conseqüentemente, que a explicação mecanicista não se aplica ao comportamento humano), então faz sentido buscar no texto cartesiano argumentos que permitam afirmar que a tese da união corpo/alma não abala a tese dualista. Trata-se, portanto, de reconstruir o argumento em favor do dualismo de modo a mostrar que sua conclusão impede que se interprete a tese cartesiana da união corpo/alma como sendo a introdução do que seria uma terceira substância ou como reduzindo as substâncias a uma única substância (substância material, da qual todos os fenômenos dependem, ou substância pensante, para o que o corpo é um mero veículo), na medida em que sua conclusão consiste em que corpo e alma são de tal modo distintos que mutuamente se excluem. Nesse sentido, ficará claro que a introdução da tese da união não leva nem ao enfraquecimento nem ao abandono da tese dualista.

Para a reconstrução do que seria o argumento cartesiano em favor da distinção real entre corpo e alma será necessário examinar o argumento como é exposto na Segunda e na Sexta meditações, bem como textos relacionados a essas meditações onde o argumento é retomado, explicitado e justificado, a saber, algumas passagens das respostas de Descartes às objeções de Caterus e às objeções de Arnauld, certas passagens dos **Princípios da Filosofia** e trechos de suas observações sobre as teses de Regius em **Comentário acerca de um Programa**.

A reconstrução do argumento terá como objetivo salientar o que seriam as três etapas do argumento que envolvem três conclusões distintas que se caracterizam por tornar cada vez mais forte a tese final concluída: 1) da afirmação de que a alma pode ser concebida sem recurso ao corpo é possível concluir que a alma é distinta do corpo, em um certo sentido fraco do termo distinto, isto é, conclui-se simplesmente que alma é alma e que corpo é corpo. Nada impediria que, embora distintos, corpo e alma necessitassem um do outro para existir. Essa etapa do argumento é sugerida pelo texto de Descartes na medida em que, na Segunda

Meditação, ele conclui que a alma é distinta do corpo com base na possibilidade de se conceber os atos indubitáveis dos quais extrai a existência indubitável do eu sem que seja necessário pensar nas propriedades do corpo; 2) da afirmação de que a alma pode ser pensada como existindo sem o corpo e o corpo sem a alma, é possível concluir uma tese mais forte, a saber, que a alma prescinde do corpo para existir (e vice versa). Essa conclusão é sugerida pelo fato de que Descartes, ainda na Segunda Meditação, ao procurar caracterizar a natureza do eu descoberto no argumento do *Cogito*, encontra um atributo essencial, a saber, o pensamento. Ao mostrar que “o pensamento não pode ser separado de mim²”, Descartes torna claro que pensamento é um atributo essencial e, se é essencial, é suficiente para que a coisa da qual é essência possa existir. A explicitação e o esclarecimento dessa etapa do argumento são fornecidos na resposta de Descartes a Caterus e a Arnauld, quando é introduzido o conceito de substância completa e 3) da afirmação de que cada substância tem um único atributo essencial, é possível concluir que a alma e o corpo não podem ser concebidos como elementos de uma única substância. Na medida em que só há um atributo essencial em cada substância, todo atributo essencial exclui o outro, o que implica na tese de que é contraditório pensar em alma e corpo como coexistindo em uma mesma substância. Essa etapa se baseia numa tese sustentada nos **Princípios da Filosofia**, segundo a qual cada substância tem um único atributo essencial. A explicitação, o esclarecimento e a conseqüente tese de que os atributos essenciais se excluem são fornecidos pelo menos em dois textos diferentes, a saber, nas respostas de Descartes a Arnauld e no Resumo das **Meditações Metafísicas** acerca da Segunda Meditação.

Assim, em termos gerais, segundo a interpretação a ser aqui apresentada, a partir do argumento em favor da distinção real Descartes estaria concluindo que a) alma é diferente de corpo (e vice versa); b) a alma não precisa de corpo para existir (e vice versa) e c) a alma e o corpo não podem coexistir em uma única substância. Cabe agora, examinar as premissas do argumento e o esclarecimento dos pressu-

(2) AT VII, 27. (**Meditações Metafísicas**, Segunda Meditação, parágrafo 7, Coleção Os Pensadores, tradução de Bento Prado Junior, Abril Cultural, 1973).

postos envolvidos, no sentido de encontrar no texto cartesiano quais seriam as justificativas para cada uma das etapas acima sugeridas.

O exame do que seria a primeira etapa do argumento, segundo a qual a conclusão de Descartes seria a de que alma é distinta de corpo no sentido fraco do termo distinto, imediatamente aponta para uma dificuldade envolvida, caso essa fosse a conclusão final do argumento. Se a alma fosse distinta do corpo simplesmente porque pode ser concebida sem que seja necessário pensar qualquer propriedade do corpo, seria possível, ainda assim, que alma e corpo tivessem uma relação necessária quanto a sua existência. Isto é, dizer que A e B são distintos porque posso pensar em A independentemente de B não exclui a possibilidade de que A e B, embora distintos, só existam enquanto conjugados.

Retomando o argumento introduzido na Segunda Meditação, Descartes na Sexta Meditação apresenta o argumento em favor da distinção real entre corpo e alma de tal modo que, a princípio, parece afirmar apenas que se concebo a alma separadamente ou independentemente de qualquer recurso a propriedades do corpo (e vice versa), então a alma é distinta do corpo. Nas suas palavras “E, primeiramente, porque sei que todas as coisas que concebo clara e distintamente podem ser produzidas por Deus tais como as concebo, basta que possa conceber clara e distintamente uma coisa sem a outra para estar certo de que uma é distinta ou diferente da outra...” Aparentemente, portanto, o argumento em favor do dualismo permitiria apenas concluir que alma é distinta de corpo, mas não impediria ainda que houvesse uma relação necessária entre as duas substâncias. Essa dificuldade é percebida e registrada por Caterus, que em sua objeção³ afirma que a conclusão de que duas coisas podem existir separadamente não pode ser extraída simplesmente do fato de que essas duas coisas podem ser pensadas separadamente. Mencionando Scotus, Caterus afirma ser possível distinguir a justiça de Deus de Sua misericórdia, ainda que não seja possível que possam existir separadamente. Em suas palavras “... e assim ele [Scotus] distingue a justiça de Deus de Sua misericórdia,

pois, afirma ele, têm conceitos (*rationes*) formalmente diversos antes de qualquer operação do intelecto, de tal forma que mesmo nesse caso um não é o outro; e, entretanto, não se segue: justiça pode ser concebida separadamente de misericórdia, logo também pode existir separadamente”.

Em sua resposta a Caterus, Descartes se dirige a dois pontos dessa objeção: 1) lembra que essa distinção introduzida por Caterus, via Scotus, é o que ele chama de distinção modal, e que não é esse o tipo de distinção por ele visado no argumento. Segundo ele, sua intenção é concluir que há uma distinção real entre corpo e alma, isto é, uma distinção entre duas substâncias e não entre modos de uma única substância⁴. E, mais ainda, afirma Descartes, 2) essa distinção real é uma conclusão legítima para seu argumento em virtude do fato de que no argumento fica claro que se trata de um conhecimento completo da alma e do corpo.

Com relação ao primeiro ponto, Descartes sustenta em sua resposta que o exemplo proposto por Caterus, recorrendo a Scotus, é semelhante ao caso do movimento e figura, e que se trata de uma distinção entre modos de uma única substância e não de uma distinção entre duas substâncias, como pretende ser o caso da distinção entre corpo e alma. Em suas palavras “Quanto à distinção ‘formal’ que o ilustre teólogo introduz sob a autoridade de Scotus, digo, em poucas palavras, que esse tipo de distinção não difere em nada de uma distinção modal;... A distinção entre movimento e figura de um mesmo corpo é uma distinção formal: posso perfeitamente compreender o movimento sem a figura, e a figura sem o movimento, e abstraio ambos do corpo: mas, no entanto não posso compreender completamente movimento separadamente da coisa na qual o movimento é, e nem a figura separadamente da coisa na qual a figura é, e nem movimento em uma coisa na qual a figura não possa estar, ou figura em alguma coisa incapaz de movimento”.

(4) AT VIII A, 29 e 30. “A [distinção] real só existe propriamente entre duas ou mais substâncias”. “A distinção modal divide-se em duas, a saber, uma é a distinção entre o modo propriamente dito e a substância da qual ele é modo; a outra é a distinção entre dois modos da mesma substância.” (**Princípios da Filosofia**, primeira parte, artigos 60 e 61. Edição bilíngüe, tradução coordenada por Guido Antonio de Almeida, Editora UFRJ, 2002).

Quanto ao segundo ponto levantado por Caterus, Descartes em sua resposta argumenta que, diferentemente da distinção modal que se aplica apenas a seres incompletos, a distinção entre corpo e alma é uma distinção entre duas substâncias porque exige um conhecimento completo das substâncias. Em suas palavras, “[a distinção modal] se aplica apenas a seres incompletos, que cuidadosamente distingui dos completos.... Por oposição, tenho um conhecimento completo do que é um corpo... e conheço a mente como uma coisa completa...”. A princípio pareceria que esse conhecimento completo do corpo e da alma a que se refere Descartes implica no conhecimento exaustivo de todas as propriedades da alma e na percepção da ausência das propriedades do corpo nela, e vice versa⁵. Mas, a julgar pelo modo como Descartes explica esse conhecimento completo, fica claro que o que caracteriza um conhecimento completo de uma substância é o fato de se conhecer um atributo principal. É porque se encontra um atributo essencial e se pode negar desse atributo essencial as propriedades de outra substância, que se pode afirmar que se trata de uma substância completamente conhecida. Nos termos de Descartes, nessa mesma resposta a Caterus, “... tenho um conhecimento completo do que é um corpo quando penso que ele é meramente algo que tem extensão, figura e movimento, e nego que tenha qualquer coisa que pertença à natureza da mente.... conheço a mente como uma coisa completa... mesmo se nego que tenha qualquer atributo contido na idéia de um corpo...”.

No argumento da Segunda Meditação, que será retomado na Sexta, o que Descartes afirma é que embora “não possa dizer que possuo a menor de todas as coisas que atribuí a pouco à natureza corpórea”, ainda assim, “verifico aqui que o pensamento é um atributo que me pertence; só ele não pode ser separado de

(5) Esse parece ser o caminho da objeção de Arnauld a esse ponto do argumento em suas Quartas Objeções: “... tudo que posso ver que se segue disso é que posso obter uma certa noção de mim mesmo separadamente da noção de corpo. Mas ainda não está suficientemente claro para mim que essa noção seja completa e adequada, de tal forma que eu não erre quando excluo o corpo da minha essência”. (AT VII, 201).

mim”⁶. Isto é, da experiência indubitável de diferentes atos Descartes infere a indubitabilidade da existência de uma certa unidade formal desses atos, a saber, um “eu”. E, ao se perguntar pela natureza desse “eu”, a partir da definição de corpo, Descartes mostra que não há qualquer razão para se atribuir corporeidade a esse “eu”. Enumera as propriedades que tradicionalmente se entende como sendo as propriedades do corpo, a saber, “tudo que pode ser limitado por alguma figura, que pode ser compreendido em qualquer lugar e preencher um espaço de tal sorte que todo outro corpo dele seja excluído; que pode ser sentido ou pelo tato, ou pela visão, ou pela audição, ou pelo olfato; que pode ser movido de muitas maneiras, não por si mesmo, mas por algo alheio...”. Pergunta-se, então, se os atos indubitáveis experimentados estão necessariamente relacionados a essas propriedades. “Posso estar certo de possuir a menor de todas essas coisas que atribuí... à natureza corpórea?” e conclui que não: não há uma relação necessária entre os atos indubitáveis que asseguram a existência do eu e essas propriedades corpóreas, a princípio simplesmente porque posso concebê-los sem recorrer a qualquer propriedade corpórea. Descartes se pergunta então se esses atos indubitáveis cuja unidade formal é esse “eu” podem ser modos da alma. Em suas palavras: “Passemos, pois, aos atributos da alma e vejamos se há alguns que existam em mim...”. Descartes mostra que posso conceber esses atos indubitáveis sem recorrer ao que seriam as partes da alma que envolvem um corpo. Só uma coisa, entretanto, não pode ser separada desses modos, a saber, o pensamento. O pensamento consiste, portanto, num atributo essencial. E com efeito, é a partir desse momento que Descartes pode afirmar que (dada a existência de um Deus veraz) a alma é realmente distinta do corpo, na medida em que prescinde do corpo para existir.

Note-se, portanto, que Descartes conclui mais do que simplesmente a possibilidade de se pensar a alma separadamente do corpo. Conclui que é possível pensar a alma como existindo separadamente do corpo e que, portanto a alma prescinde

(6) AT VII, 27. (**Meditações Metafísicas**, Segunda Meditação, parágrafo 7, Coleção Os Pensadores, tradução de Bento Prado Junior, Abril Cultural, 1973).

do corpo. E isso se deve ao fato de ter encontrado um atributo essencial que, por ser essencial, é condição suficiente para a sua existência. É possível, portanto, concluir que a alma pode existir sem o corpo porque concebo a alma por seu atributo essencial, o pensamento, e nego dela tudo o que pertence à natureza do corpo. Visto que a mente não percebe clara e distintamente qualquer conexão entre os atos indubitáveis e o corpo, mas percebe entre estes atos e o pensamento, quando pensados conjuntamente, segue-se que estes atos indubitáveis são modos do atributo essencial pensamento e não do atributo essencial extensão. Mais ainda, visto que pensamento é um atributo essencial da alma, conheço completamente a alma e, por isso mesmo, posso concebê-la como existente, mesmo concebendo que o corpo não existe.

O conhecimento completo que tenho da alma sem o corpo é, portanto, o conhecimento de que a essência da alma é independente da essência do corpo, isto é, é o conhecimento de que a alma prescinde do corpo para existir. Sendo assim, ter um conhecimento completo, no contexto da resposta de Descartes a Caterus, significa que se trata de uma substância completa na medida em que se conhece sua essência. Nas palavras de Descartes em suas respostas a Arnauld⁷: "... após ter dito

(7) Descartes deixa claro, na sua resposta a Arnauld, que o contexto no qual introduz a distinção real entre corpo e alma é o de uma discussão que visa rejeitar uma determinada solução relativa ao problema da união corpo/alma. Ainda nessa resposta, Descartes afirma "Estou ciente de que certas substâncias são comumente chamadas 'incompletas'. Mas se a razão para chamá-las de incompletas é a de que elas são incapazes de existir por elas próprias, então confesso achar contraditório que sejam ao mesmo tempo substâncias, isto é, coisas que subsistem por elas próprias, e incompletas, isto é, coisas que não possuem o poder de subsistir por elas próprias." Parece claro aqui que Descartes se refere ao que seria, segundo sua interpretação, uma tese escolástica segundo a qual o corpo e a alma humanos seriam substâncias incompletas que se complementam: o corpo seria incompleto porque só seria atualizado em virtude de sua forma substancial, a saber, a alma; e a alma seria incompleta na medida em que sua parte racional, sendo potência, só seria ativada na operação do conhecimento que, por sua vez, supõe o corpo. Mas, como vimos, essa resposta a Arnauld explica apenas como uma substância prescinde de outra para existir, que é o resultado dessa segunda etapa da nossa reconstrução do argumento. (AT VII, 222).

que tinha um conhecimento completo do que é o corpo, imediatamente acrescentei que também conhecia a mente como uma substância completa. O significado dessas duas frases era idêntico..."⁸. Mais ainda, conhecer o atributo principal de uma substância implica em que se conheça uma condição suficiente para a sua existência e, nesse sentido, ao conhecer o atributo principal da alma e que não há qualquer relação com atributos do corpo, conheço que ela pode existir sem o corpo. Que o conhecimento do atributo essencial de uma substância é o conhecimento de uma condição suficiente para a sua existência fica claro quando, ainda em suas respostas a Arnauld,⁹ Descartes afirma, "... embora haja muitas coisas em mim que ainda não reconheça... ainda assim, **visto que aquilo que reconheço é suficiente para que eu subsista**, estou certo de que posso ter sido criado por Deus sem os outros que não reconheço". Até esse momento, portanto, recorrendo ao conceito de substância completa Descartes teria sustentado que a alma é distinta do corpo e pode existir sem ele, na medida em que conheço um atributo essencial da alma e conheço que não há nenhuma relação necessária entre este atributo e propriedades corpóreas. Conhecendo um atributo essencial da alma e negando deste qualquer propriedade corpórea, conheço uma condição suficiente para a alma existir, e conheço que o corpo não é essa condição. Logo, a alma pode existir sem o corpo.

Note-se, portanto, que ao introduzir o conceito de substância completa o que Descartes visa é rejeitar a tese de que, embora distintos, corpo e alma necessitariam um do outro para existir. Segundo o argumento cartesiano, é possível conceber completamente a alma como existindo independentemente do corpo, porque conheço um atributo essencial da alma e conheço que não há qualquer relação necessária entre corpo e esse atributo, logo, a alma pode existir sem o corpo. Essa conclusão, entretanto, ainda não é forte o suficiente. Descartes precisa que a tese do atributo essencial implique que os modos de uma substância, que são determinados por seu atributo essencial, sejam incompatíveis com os modos de outra,

(8) AT VII 221.

(9) AT VII, 219. (grifo acrescentado).

também determinado por seu atributo essencial, do contrário, ao unir as duas substâncias Deus poderia formar uma terceira substância ou eliminar uma das duas fazendo com que, por exemplo, uma se tornasse qualidade da outra.

Assim, a princípio, a tese de que o atributo essencial determina a natureza de uma substância e, por isso mesmo permite afirmar que ao se encontrar um atributo essencial se tem o conhecimento completo da substância da qual é atributo, parece não ser ainda suficiente para rejeitar a tese de que os modos do pensamento juntamente com os modos do corpo componham uma única substância, isto é, que pensamento e extensão sejam complementares em uma outra substância. Ter uma idéia clara e distinta de que não é necessário o conceito de extensão para a compreensão da essência da alma é suficiente para afirmar que a alma pode existir sem o corpo, isto é, prescinde do corpo. Não é suficiente, entretanto, para afirmar que a alma não pode coexistir com o corpo, isto é, não é suficiente para afirmar que o atributo essencial pensamento não compõe junto com a extensão uma única substância. Que a mente seja separável do corpo e, portanto, possa existir sem o corpo não impede que possa coexistir com o corpo. A princípio, o simples fato de que uma substância pode existir **sem** a outra não impede que possa existir **com** a outra. Embora a existência de uma não seja necessária para a existência da outra, a existência de uma não é, a princípio, um empecilho para a coexistência com outra. Sendo assim, até essa etapa do argumento, nada impede que embora alma e corpo possam existir separadamente também possam existir numa única substância. Nada impede, portanto, até essa etapa do argumento, que ao introduzir a tese da união corpo/alma Descartes pretenda de algum modo debilitar a tese dualista.

Entretanto, admitir que Descartes ao introduzir a tese da união corpo/alma abandona ou enfraquece a tese dualista significaria por em risco todo o projeto cartesiano da possibilidade da explicação mecanicista do mundo físico salvaguardando, desse tipo de explicação, a alma humana. Assim, se ao introduzir a tese da união entre as duas substâncias, Descartes não pretende romper com a tese dualista, então a prova da distinção real tem que mostrar mais: tem que mostrar que, sendo a alma uma substância imaterial e completa, seu atributo essencial, mesmo quando unido a outro atributo essencial, não formará uma outra substância, e isso

só é possível se admitimos que um atributo essencial exclui o outro. Sendo assim, para que o argumento em favor do dualismo apresentado na Sexta Meditação seja um argumento forte de modo a evitar o abandono ou o enfraquecimento da tese dualista ao introduzir a tese da união, Descartes terá que fazer a passagem, da noção de concepção clara e distinta de substância pensante completa, isto é, substância que pode existir sem o atributo da extensão, para a concepção de substância pensante que, como tal, exclui o atributo extensão (e vice-versa).

Descartes parece, na Segunda Meditação, ter percebido essa dificuldade quando, já tendo reconhecido que o pensamento é atributo essencial do “eu” admite, ainda assim, a possibilidade do “eu” ser parte de uma outra substância de tal forma que deixando de pensar **talvez**, ainda assim, existisse: “... pois poderia, talvez, ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de ser ou de existir”. Ao afirmar que **talvez** deixasse de existir, Descartes parece estar admitindo ainda a possibilidade de o pensamento compor juntamente com um outro atributo essencial, uma outra substância de tal forma que, na ausência de um a substância pudesse ainda assim existir. O fato de que Descartes na Segunda Meditação está ciente de que a prova de que os modos do pensamento não são modos do corpo não implica que corpo e alma não pertençam a uma mesma substância, isto é, não componham uma mesma substância fica sugerido ainda numa passagem mais adiante nessa mesma Meditação, quando afirma, “... Mas também pode ocorrer que essas mesmas coisas, que suponho não existirem..., não sejam efetivamente diferentes de mim... Nada sei a esse respeito não o discuto atualmente...”. Apesar dessa hesitação presente na Segunda Meditação, até o final das **Meditações Metafísicas** não encontramos argumentos explícitos para dissipá-la. Sabemos, entretanto, que na Sexta Meditação Descartes conclui o argumento em favor da distinção real, imediatamente antes de introduzir o argumento em favor da união, o que torna plausível a tese de que ele não supõe que a conclusão de um abale a do outro.

É, entretanto, recorrendo a uma das teses cartesianas ontológicas, explicitada nos **Princípios**, a saber, que cada substância tem um único atributo essencial, que parece ser possível dissipar a possibilidade de alma e corpo coexistirem numa única substância. Com recurso a essa tese pode-se explicar como Descartes pode

concluir mais do que o concluído nas duas etapas anteriores, a saber, que alma é alma e corpo é corpo e que um prescinde do outro para existir. Se cada substância tem um único atributo principal então é possível concluir que uma vez unidos essas substâncias não podem formar uma terceira substância. Trata-se de mostrar, portanto, com esse recurso, que os modos de uma substância excluem os modos de qualquer outro atributo essencial, o que supõe não só a tese cartesiana de que o atributo essencial determina a natureza de uma substância, mas, uma tese mais forte, a saber, que o atributo essencial é idêntico à natureza de uma substância, de tal forma que atributos de substâncias distintas são contraditórios.

Com efeito, ora dito de modo ambíguo, ora mais explicitamente, a concepção cartesiana de substância parece envolver que a substância tem um único atributo essencial e que o fato de ter um único atributo implica que os atributos essenciais sejam contrários, incompatíveis uns com os outros. Que uma substância tem um único atributo essencial é claramente sustentado por Descartes nos **Princípios**, primeira parte, artigo 53, cujo título é: “Que é um só o atributo principal de cada substância, como o pensamento [o é] da mente e a extensão, do corpo”¹⁰. E que a consequência dessa tese, a saber, que o atributo principal de uma substância é contrário e incompatível com o de outra substância, também é claramente sustentado por Descartes como, por exemplo, numa passagem de sua resposta às objeções de Arnauld, quando ao se referir à prova da distinção real oferecida na Sexta Meditação ele afirma: “é da natureza das substâncias que elas mutuamente se excluem” ou quando no Resumo das Meditações diz “de sorte que suas naturezas [do corpo e da alma] não são somente reconhecidas como diversas, porém mesmo, de alguma maneira, como contrárias”. A tese de que cada substância tem um único atributo essencial e sua tese consequente de que os atributos essenciais das substâncias se excluem são, portanto, explicitamente sustentadas por Descartes. Resta saber se há no texto cartesiano alguma justificativa para elas.

Trata-se, portanto, agora de explicitar e justificar o que seria a terceira etapa do argumento cartesiano em favor da distinção real entre corpo e alma: como, ao conceber um atributo que reconheço como atributo principal de uma substância (que não pode ser separado de mim) exclui-se a possibilidade de que a união com um outro atributo principal forme uma (outra) substância. Nas palavras de Descartes ainda em sua resposta às objeções de Arnauld, “agora devo explicar como o simples fato de que posso clara e distintamente compreender uma substância sem a outra é suficiente para me assegurar que uma **exclui** a outra... A resposta é que... não há ninguém que tenha alguma vez percebido duas substâncias **por meio de dois diferentes conceitos sem julgá-las que sejam realmente distintas**”¹¹.

É no **Comentário acerca de um Programa**¹² que Descartes de certa maneira deixa claro o que seria a justificativa para a tese de que os atributos essenciais mutuamente se excluem. Regius, no artigo 2 do que viria a ser um “programa” publicado com vinte e uma teses suas, afirma que o fato dos atributos extensão e pensamento serem diferentes no sentido de separáveis, (concebidos independentemente) não implica que se excluam. Em suas palavras “... se seguirmos alguns filósofos que sustentam que extensão e pensamento são atributos presentes em certas substâncias, como em sujeitos, então, visto que esses atributos não são opostos, mas apenas diferentes, não há por que a mente não ser um tipo de atributo coexistente à extensão no mesmo sujeito, embora um atributo não esteja incluído no conceito do outro.” Note-se, portanto, que nitidamente a objeção de Regius diz respeito ao fato de que ser diferente não significa ser oposto e que, portanto, se os atributos das substâncias são distintos não são necessariamente opostos.

(11) AT VII, 226. (Grifo acrescentado).

(12) Em 1647 Henricus Regius apresentou vinte e uma teses acerca da explicação do espírito humano. Descartes toma conhecimento dessas teses através de sua publicação em um “programa”. Descartes escreve **Comentário acerca de um Programa** com o objetivo de esclarecer e rejeitar o que seriam, segundo ele, as distorções feitas por Regius nesse “programa” de suas próprias teses. Assim, no **Comentário** Descartes reproduz o que seriam as teses de Regius e as comenta. Veja-se *Oeuvres de Descartes*, AT VIII B.

Em seu **Comentário** Descartes claramente concorda que, em termos gerais, diferença não é o mesmo e nem implica necessariamente em oposição, mas nega que daí se siga que pensamento e corpo possam coexistir na mesma substância, afirmando que no caso dos atributos essenciais, ser diferente é ser oposto. Isto porque, esclarece Descartes, só é possível pensar como sugere Regius, isto é, pensar a possibilidade de mais de um atributo em uma única natureza se, como ele, admite-se que atributos são como modos, isto é, estão presentes na substância como em sujeitos. Mas admitir que os atributos estejam na substância como os modos estão nos sujeitos implicaria em se admitir que a substância é como um sujeito, isto é, é despida de qualquer propriedade. Descartes, entretanto, pretende rejeitar essa tese de que substância é simplesmente um sujeito de inerência identificando o atributo principal com a substância. E suas observações acerca do “programa” de Regius tornam isso bem claro: “eu não afirmei que esses atributos estão presentes nas substâncias como em sujeitos distintos deles... Extensão – sujeito de modos - não é um modo da substância corpórea, mas um atributo que constitui sua essência natural... Pensamento... não é concebido como um modo, mas sim como um atributo que constitui a natureza de uma substância...”. E é dessa tese de que os atributos constituem a natureza de uma substância que Descartes parece derivar a de que os atributos essenciais são mutuamente excludentes. Em suas palavras, nessa mesma passagem de seu **Comentário**, “... quando a questão diz respeito a atributos que constituem a essência de algumas substâncias, não pode haver maior oposição entre eles do que o fato de serem diferentes”. Nitidamente, portanto, a idéia de Descartes é a de que, nesse caso, ser diferente é ser contrário. E isso só é possível porque o atributo não meramente **determina** a natureza da substância, mas é **idêntico** a esta natureza. Só concebendo assim o atributo principal, é contraditório supor que uma substância se una a uma outra de modo a formar uma terceira, ou que dois atributos essenciais ao se unirem constituam uma substância, pois seria o mesmo que dizer que a substância é de uma determinada natureza e ao mesmo tempo sua natureza é outra (diferente).

Isto é, se o atributo essencial é idêntico à natureza da substância, admitir dois atributos principais diferentes numa única substância implicaria em admitir

ou bem que a substância é uma natureza e uma outra natureza ao mesmo tempo (o que seria contraditório), ou bem que os dois atributos supostamente diferentes são idênticos à mesma natureza, o que seria o mesmo que admitir que esses atributos são idênticos entre si (e não diferentes). Assim, dada a identidade de atributo essencial e natureza da substância, se um atributo essencial é diferente do outro, trata-se de uma substância diferente de outra. Mas se é assim, podemos dizer que admitir um suposto segundo atributo essencial de uma substância significaria admitir que a substância é ela e não ela, o que permite concluir que é impossível identificar a natureza da substância a dois atributos principais.

Assim, a tese de que um atributo principal (ou a substância) não pode se unir a outro (ou outra substância) formando uma outra substância é implicada pela concepção cartesiana de substância: ao que parece Descartes pretende que substância não seja o mesmo que um sujeito de inerência, isto é, um sujeito despido de propriedades no qual estas são inerentes, mas não constitutivas. Uma substância não é algo que nela mesma não tem qualquer característica, mas, ao contrário, é inteiramente constituída por seu atributo principal que determina seus possíveis modos. Na substância não há nada além ou aquém de seu atributo principal. Note-se ainda, para confirmação dessa interpretação, por exemplo, o que Descartes afirma nos **Princípios**: “O pensamento e a extensão podem ser considerados como **constituindo a natureza** da substância inteligente e a da corpórea; e, assim, **não devem ser concebidos de outro modo senão como a própria substância pensante e a substância extensa**, isto é, como a mente e o corpo”¹³ Assim, se o atributo principal se identifica com a substância, é possível compreender por que um atributo principal exclui qualquer outro: não é possível uma substância ser algo e ser algo que não ela.

Cabe lembrar ainda que Descartes chama atenção para o fato de que isso se aplica apenas aos atributos principais (em oposição a aplicar-se também aos mo-

(13) AT VIII, 29. (**Princípios da Filosofia**, primeira parte, artigo 63. Edição bilíngüe, tradução coordenada por Guido Antonio de Almeida, Editora UFRJ, 2002).

dos): só no caso dos atributos principais, porque estes se identificam com a substância, ser diferente significa ser oposto. É porque há uma distinção apenas de razão entre substância e seu atributo essencial que é contraditório supor que a união entre dois atributos essenciais forma uma substância, visto que isso significaria que esta seria uma determinada substância e uma outra substância que não essa, o que é contraditório. Nas palavras de Descartes, ainda em seus comentários ao “programa” de Regius: “Pois quando se trata de atributos que constituem a essência de alguma substância não pode haver maior oposição entre eles do que o fato de serem diferentes; e visto que ele [Regius] reconhece que um atributo é diferente do outro, isto é o mesmo que dizer que um atributo não é o outro; mas “é” e “não é” são contrários.” Com essa restrição aos atributos que são idênticos à essência da substância (os atributos essenciais), portanto, Descartes evita o embaraço de admitir que qualquer coisa que não seja uma outra, seja contrária a ela, isto é, evita o embaraço de confundir, de um modo geral, diferença com oposição.

Admitindo agora que os atributos principais se excluem uns aos outros, pode-se admitir então que o argumento pela distinção real conclui não só que as substâncias são realmente distintas, mas, sobretudo, que são substâncias completas no sentido forte, isto é, não só prescindem, mas de fato não admitem uma complementação, tese importante para a conclusão da Sexta Meditação acerca da união corpo e alma. Através dessa tese Descartes pode afirmar que nos homens há uma relação necessária entre duas substâncias realmente distintas sem que com isso ponha em risco seu projeto original no qual se compromete tanto com a explicação mecanicista do mundo físico quanto com a tese de que a complexidade e a liberdade do intelecto humano não podem ser explicadas segundo esse modelo.

RESUMO

Meu objetivo nesse texto é sustentar que com o argumento em favor da distinção real entre corpo e alma Descartes conclui não só que alma e corpo são distintos, mas também que a alma pode existir sem o corpo (e vice versa) e mais ainda, e, sobretudo, que alma e corpo não podem existir em uma mesma substância. Trata-se, portanto, de reconstruir o argumento em favor do dualismo de modo a salientar o que seriam as três etapas

do argumento que envolvem três conclusões distintas que se caracterizam por tornar cada vez mais forte a tese final concluída: 1) do fato de que a alma pode ser concebida sem recurso ao corpo, Descartes conclui que a alma é distinta do corpo, em um certo sentido fraco do termo distinto, isto é, conclui simplesmente que alma é alma e que corpo é corpo; 2) do fato de que a alma pode ser pensada como existindo sem o corpo e o corpo sem a alma, é possível concluir uma tese mais forte, a saber, que a alma prescinde do corpo para existir (e vice versa) e 3) da afirmação de que cada substância tem um único atributo essencial, é possível concluir que a alma e o corpo não podem ser concebidos como elementos de uma única substância.

Palavras-chave: Dualismo, atributo essencial, substância, conhecimento completo, distinção real.

ABSTRACT

My purpose in this article is to contend that through the argument for the real distinction between mind and body Descartes concludes not only that mind and body are distinct, but also that mind and body prescind one of another in order to exist, moreover and above all, that mind and body can not exist in the same substance. Thus, the Cartesian argument will be reconstructed in such a way that it will be pointed out what would be its three stages and that the different conclusions of these stages lead to a very strong final conclusion. It will then be argued that: 1) from the fact that one can conceive mind apart from body, Descartes concludes that mind is distinct from body in a very weak sense, that is, that mind is mind and body is body; 2) from the fact that mind can be conceived as existing apart from body (and vice versa), Descartes concludes a stronger thesis, that is, that mind can exist without body (and vice versa); and 3) from the thesis that each substance has a single attribute, Descartes concludes that mind and body can not be elements of a single substance.

Keywords: Dualism, essential attribute, substance, complete knowledge, real distinction.

Recebido em 09/2006

Aprovado em 12/2006